



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**PERÍODO 2011-2013
(SÉTIMA REVISÃO)**

LEI Nº 9.496, DE 11/09/97

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 65/99

**CONTRATO Nº 004/99 STN/COAFI, DE 29/10/99
ENTRE A UNIÃO E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

RIO DE JANEIRO-RJ, 10 DE NOVEMBRO DE 2011

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive letter 'B' or similar character.

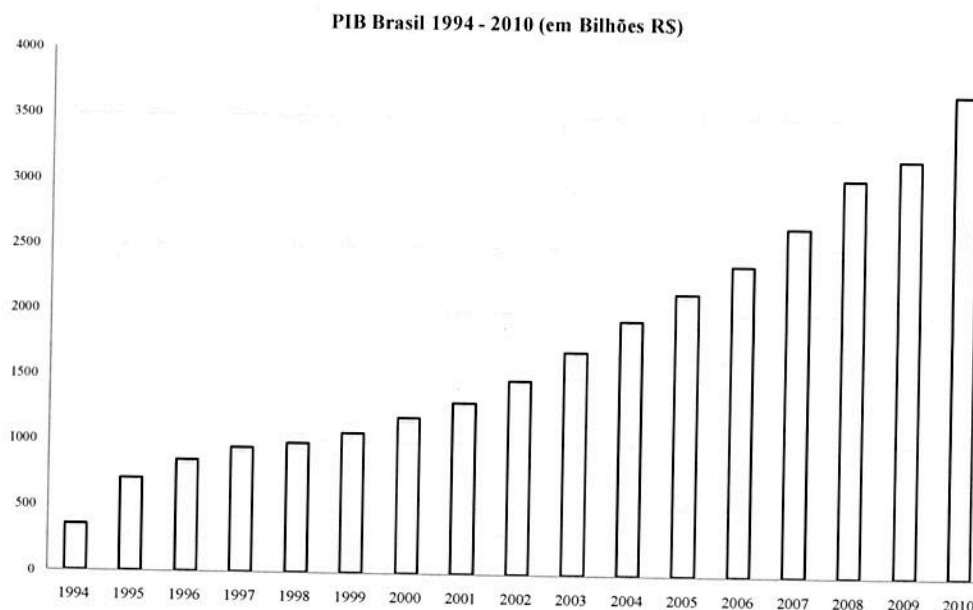
Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Rio de Janeiro

APRESENTAÇÃO

1. Este documento apresenta a sétima revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Rio de Janeiro, parte integrante do Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas nº 004/99–STN/COAFI, de 29 de outubro de 1999, firmado com a União, no âmbito da Lei nº 9.496/97 e da Resolução do Senado Federal nº 65/99. O Programa dá cumprimento ao disposto na cláusula décima quarta do referido Contrato. Consoante o caráter rotativo do Programa, a presente revisão contempla metas, compromissos e ações relativos ao período de 2011 a 2013.
2. Na seção 1 é apresentado diagnóstico sucinto da situação econômico-financeira do Estado; na seção 2 são definidos os objetivos e a estratégia do ajuste fiscal proposto pelo Estado; na seção 3 são apresentados metas e compromissos estabelecidos pelo Estado em conformidade com o artigo 2º da Lei nº 9.496/97 e, quando necessário, ações; na seção 4 é feita referência aos objetivos específicos vinculados à inclusão e manutenção de operações de crédito a contratar; e na seção 5 é definida a sistemática geral de acompanhamento do Programa e de verificação e revisão das metas e compromissos.
3. Compõem ainda o presente documento:
 - Anexo I – Planilha Gerencial;
 - Anexo II – Demonstrativo da Receita e da Despesa;
 - Anexo III – Demonstrativo da Receita Líquida Real;
 - Anexo IV – Demonstrativo da Relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real;
 - Anexo V – Demonstrativo das Operações de Crédito – Discriminação, Montantes Totais e Estimativa das Condições Contratuais;
 - Termo de Entendimento Técnico (TET) entre o Estado e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN); e
 - Avaliação da STN sobre a Situação Financeira do Estado.

1. SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO ESTADO

4. A economia nacional mostrou em 2010 franca recuperação dos efeitos decorrentes da crise financeira internacional, iniciada no último trimestre de 2008. O Produto Interno Bruto (PIB) alcançou R\$ 3,67 bilhões, implicando elevação de 7,5% em relação a 2009, beneficiado pela baixa base de comparação do ano anterior.
5. O PIB per capita (divisão do valor corrente do PIB pela população residente no meio do ano) alcançou R\$ 19.016, após ter registrado crescimento de 6,5% em relação a 2009. Na década encerrada em 2010, o PIB per capita registrou crescimento anual médio de 2,4%, acima da média dos anos 90, quando cresceu, em média, 1,1% ao ano.
6. O gráfico abaixo mostra a evolução do PIB entre 1994 e 2010:



Fonte: IBGE

7. De acordo com os dados coletados pelo IBGE, a expansão do PIB resultou do aumento de 6,7% do valor adicionado a preços básicos e do crescimento de 12,5% nos impostos sobre produtos líquidos de subsídios. O resultado do valor adicionado neste tipo de comparação refletiu o desempenho das três atividades que o compõem: agropecuária (6,5%), indústria (10,1%) e serviços (5,4%).
8. Do ponto de vista da oferta, o crescimento do setor primário (agropecuária) foi de 6,5% em 2010 devido ao aumento de produção de várias culturas importantes da lavoura brasileira, a saber: soja (20,2%), trigo (20,1%), café (17,6%), milho (9,4%), cana (5,7%) e laranja (4,1%).
9. Na indústria, cujo crescimento alcançou 10,1%, o destaque foi o setor extrativo mineral (15,7%), seguido pela construção civil (11,6%). O setor de transformação cresceu 9,7%, enquanto que as atividades de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana obtiveram expansão de 7,8%.
10. Por fim, o setor de serviços cresceu 5,4%. Os destaques foram as atividades de intermediação financeira e seguros e o comércio, ambas com crescimento de 10,7%. O crescimento da população empregada e da massa real de salários, ao lado da expansão do crédito ao consumo, sustentaram um crescimento das vendas. Por fim, transporte, armazenagem e correio cresceram 8,9%, seguido por serviços de informação (3,8%), outros serviços (3,6%), administração, saúde e educação pública (2,3%) e serviços imobiliários e aluguel (1,7%).

11. A tabela abaixo ilustra a composição do PIB brasileiro em 2010:

Classes de atividade no valor adicionado a preços básicos e componentes do

PIB pela ótica da despesa (Valores Correntes R\$ Milhões)

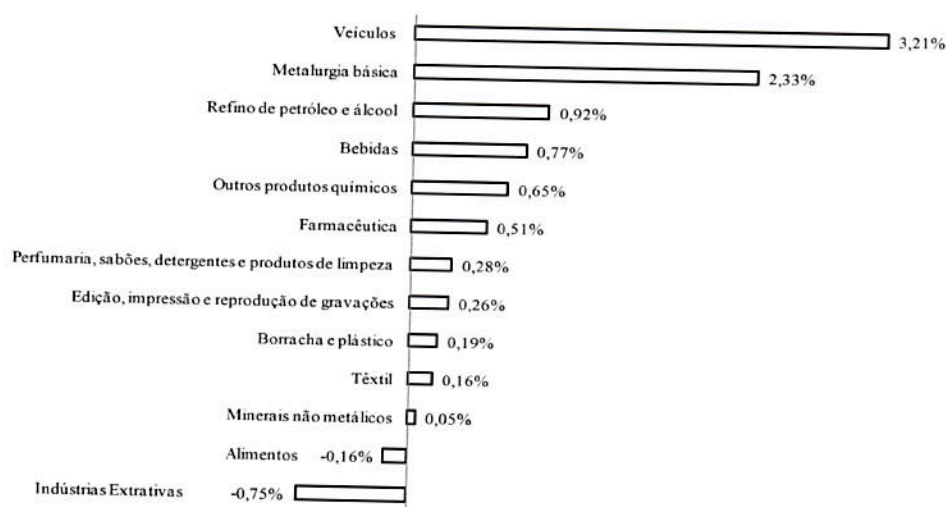
Especificação	2009	2010
Agropecuária	166.705	180.831
Indústria	696.611	841.024
Serviços	1.877.417	2.113.788
Valor Adicionado a Preços Básicos	2.740.733	3.135.643
Impostos sobre produtos	444.392	539.321
PIB a preços de mercado	3.185.125	3.674.964
Despesa do Consumo das Famílias	1.966.492	2.226.056
Despesa do Consumo do Governo	694.597	778.013
Formação de Capital Fixo	539.757	677.013
Variação de Estoques	(13.941)	29.551
Exportações de Bens e Serviços	354.235	409.868
Importações de Bens e Serviços	(356.015)	(446.386)

Fonte: IBGE, Resultados calculados a partir das Contas Nacionais Trimestrais

12. No que diz respeito à elevação dos preços, o IGP-DI, que sofrera desaceleração nos dois últimos trimestres de 2008, indicando os primeiros efeitos da crise financeira internacional sobre a economia brasileira, acumulou, em 2009, deflação de 1,43%. Sob a ótica da demanda, os dados do IBGE indicaram o crescimento de 7% na despesa de consumo das famílias em 2010. A formação bruta de capital fixo, por sua vez, cresceu 21,8%, maior taxa acumulada em quatro trimestres da série iniciada em 1996. Já a despesa do consumo da administração pública elevou-se em 3,3%.
13. No âmbito do setor externo, as exportações obtiveram crescimento de 11,5%, e as importações se expandiram em 36,2%. Obviamente, a valorização cambial ocorrida entre 2009 e 2010 contribuiu para tal conjuntura. A taxa de câmbio, medida pela média anual das taxas de câmbio R\$/US\$ de compra e venda, variou de 2,00 para 1,76.
14. A taxa de investimento no ano de 2010 foi de 18,4% do PIB, superior à taxa referente ao ano anterior (16,9%). Já a taxa de poupança alcançou 16,5% do PIB contra 14,7% no ano anterior. Esses indicadores evidenciam sobremaneira a necessidade de financiamento externo do país.
15. Com relação aos esforços fiscais do governo federal em 2010, os dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) indicaram um superávit primário de 2,78% do PIB (+R\$ 101,6 bilhões), resultado abaixo da meta (3,1%), estipulada pelo próprio governo federal. O resultado ainda deriva de políticas empreendidas com objetivo de mitigar os efeitos da crise financeira internacional, bem como de aumento dos gastos ocorrido no último ano do governo anterior.
16. O país pagou, em 2010, 195,36 bilhões em juros da dívida, mas terminou o ano com um déficit nominal (que já leva em conta os juros) de R\$ 93,67 bilhões. O déficit nominal em 2010 foi equivalente a 2,56% do PIB, abaixo do de 2009, quando as despesas excederam a receita em um valor equivalente a 3,34% do PIB.
17. Entretanto, vale ressaltar, o mal desempenho das contas não impediu que a dívida líquida do setor público brasileiro caísse de 42,8% do PIB no final de 2009 para 40,4% do PIB em dezembro. Essa redução foi possível graças ao forte crescimento do PIB em 2010.
18. A valorização de 4,6% na moeda nacional na comparação com 2009 acarretou efeitos perversos no saldo comercial brasileiro. Desde 2008, o saldo comercial brasileiro tem se apresentado em níveis bastante inferiores aos níveis de 2006 e 2007. Em 2010, resultado foi positivo em US\$ 20,26 bilhões, que, se comparado nominalmente a 2007, representa queda de 49,38%.

19. No que diz respeito à elevação dos preços, o IGP-DI desenvolveu trajetória explosiva ao longo de 2010, alcançado 11,3%. Também com relação ao IPCA, índice utilizado pelo governo federal como parâmetro das metas de inflação, houve crescimento acentuado, atingindo 5,91%.
20. O desempenho industrial total da economia fluminense registrou, em 2010, crescimento de 8,4%, maior avanço dos últimos oito anos. Esse bom desempenho da atividade fabril no Rio de Janeiro contrasta com o resultado do ano anterior, quando nove dos doze segmentos da indústria de transformação investigados recuaram – para efeitos de comparação, em 2010, apenas um desses setores sofreu queda na produção. Apenas o setor de alimentos apresentou ligeira queda (- 0,16%).

Composição Setorial do Crescimento Industrial Fluminense - 2010



Fonte: IBGE

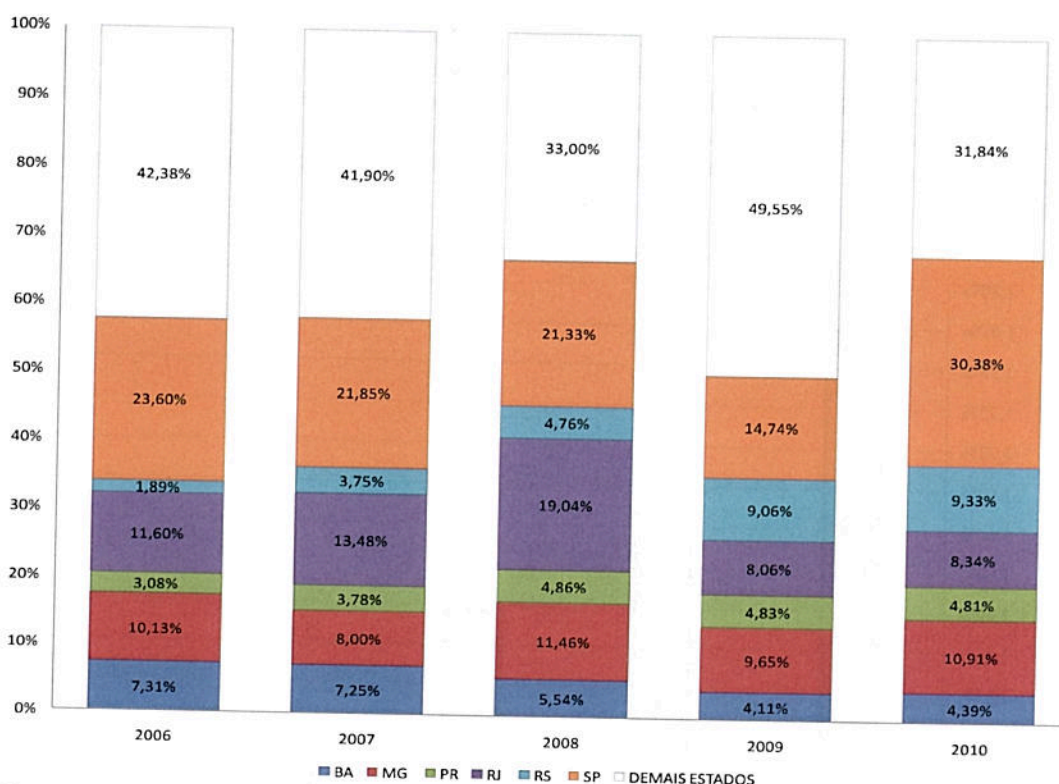
21. Os dados coletados pelo IBGE indicam que o setor de veículos automotores foi o principal responsável pelo crescimento da indústria fluminense em 2010 (+3,21%), em decorrência principalmente dos incentivos fiscais concedidos e a expansão da massa salarial e do crédito. Tais determinantes impulsionaram o setor automotivo fluminense em 45,7%. A metalurgia básica (com participação de +2,33% no total) teve avanço no ano que remontou 22,6%, por conta tanto da alavancagem da indústria automobilística quanto da construção civil. Outros setores relevantes foram refino de petróleo e álcool e bebidas, tiveram participação de 0,92% e 0,77% do total do crescimento industrial fluminense, por conta do crescimento de, respectivamente, 7,3% e 10,8% no ano.
22. Na comparação agregada com relação a 2009, os dados indicam que a indústria extrativa, que crescera 10,5% no ano anterior, reverteu sua tendência em 2010, apresentando queda de 0,75%. Entretanto, tal resultado não implicou perda de arrecadação para o Estado do Rio de Janeiro, uma vez que a cobrança de ICMS do petróleo ocorre no destino e não na origem da produção.
23. A indústria de transformação, em contrapartida, que deteve desempenho amplamente desfavorável em 2009 (-7,3%), recuperou-se em 2010, atingindo crescimento de 7,67%.

24. O cenário econômico de 2010 caracterizou-se, portanto, por ampla recuperação da economia fluminense. Segundo os dados da SECEX/BACEN, citados pela FIRJAN, as exportações elevaram-se em 48,10% no Estado do Rio de Janeiro: US\$ 20,02 bilhões contra US\$ 13,51 bilhões, em 2009. As importações, por sua vez, elevaram-se 14,28% (US\$ 16,66 bilhões contra US\$ 11,64 bilhões, no ano anterior). Com isso, o saldo comercial fluminense elevou-se em 79,09%, atingindo US\$ 3,358 bilhões, em 2010.

Produção Industrial Estado do Rio de Janeiro - 2006/2010

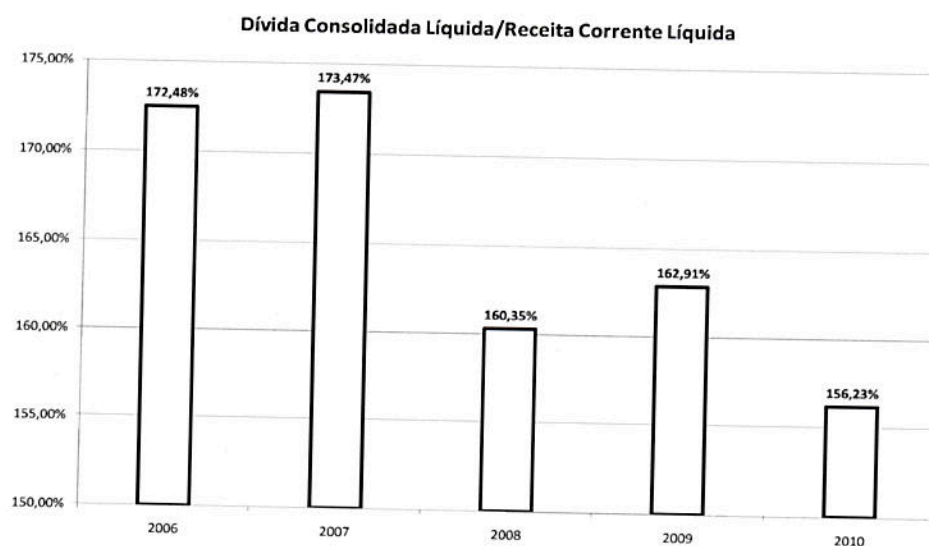
ATIVIDADES INDUSTRIAIS	VARIAÇÃO (%)				
	2006	2007	2008	2009	2010
Indústria Extrativa	5,03	-2,39	5,3	10,5	-0,75
Indústria de Transformação	1,18	3,21	0,59	-7,3	7,67
Veículos automotores	-4,13	23,78	15,8	-14,8	3,21
Edição, impressão e reprodução de gravações	10,17	5,12	5,81	-8,1	0,26
Minerais não metálicos	-0,25	4,11	4,74	-15,7	0,05
Outros produtos químicos	1,99	8,99	4,44	-15	0,65
Borracha e plástico	-2,05	13,91	1,03	-2,8	0,19
Alimentos	11,04	-6,6	-0,16	-7,7	-0,16
Refino de petróleo e álcool	-2,45	-3,21	-0,41	-2,6	0,92
Têxtil	-7,44	-10,39	-1,43	-17,4	0,16
Bebidas	5,1	5,15	-3,45	9,9	0,77
Metalurgia básica	-4,62	12,69	-5,29	-14,2	2,33
Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	-7,72	10,71	-8,2	5,5	0,28
Farmacêutica	5,1	-15,18	-9,05	5,8	0,51
INDUSTRIA GERAL	1,91	2,11	1,48	-3,8	8,42

25. Como se sabe, houve no âmbito da União, grande esforço para desoneração da atividade produtiva, que implicou redução na arrecadação federal e, conseqüentemente, para o Estado do Rio de Janeiro. Tal fato, por si só, já seria suficiente para prejudicar o desempenho das contas. No entanto, como houve crescimento exacerbado dos gastos em investimento, que atingiu R\$ 5.165,74 milhões em 2010 (+82,9% em relação a 2009), principalmente por conta das contrapartidas estaduais ao PAC, o superávit primário do Estado foi bastante reduzido.
26. O exame dos dados referentes aos resultados primários (receitas não financeiras subtraídas das despesas não financeiras) obtidos nos últimos anos permite aferir que o Estado do Rio de Janeiro vem contribuindo desde 2007 com o governo central na missão de manter o equilíbrio macroeconômico do país.
27. Em 2010, o Estado do Rio de Janeiro recuperou parcialmente sua participação no resultado primário consolidado da esfera estadual. É de se esperar que tal recuperação não se dê de forma plena e nem que o patamar de 2008 seja recuperado. Isto porque o ritmo de investimentos estaduais tem crescido muito por conta dos eventos internacionais que serão sediados no Estado em 2014 e 2016, bem como por conta do PAC.
28. O gráfico abaixo ilustra a participação do Estado do Rio de Janeiro no resultado primário consolidado dos Estados brasileiros.



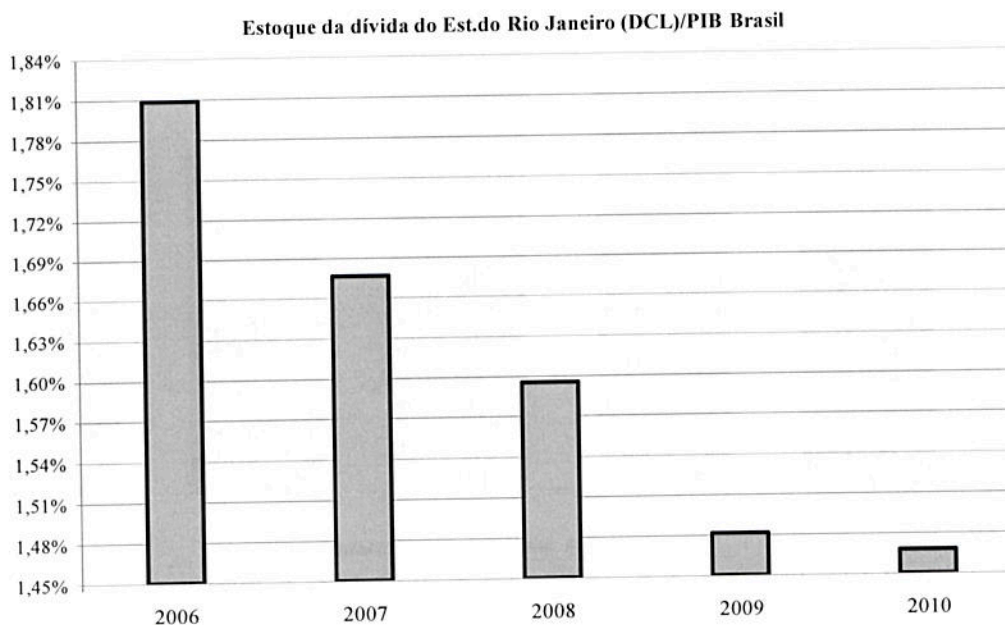
Fontes: BCB; STN; Secretarias de Fazenda dos Estados (para dados de 2010)

29. Em contrapartida, percebe-se que o Estado do Rio de Janeiro tem realizado grande esforço para dar conta de um dos principais “deveres de casa”: a redução da dívida consolidada. Uma boa alternativa para se medir a eficiência da dívida consiste na verificação do quociente entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a Receita Corrente Líquida (RCL). Os dados indicam que a relação caiu 4,10% entre 2010 e o ano anterior.



Fonte: SEFAZ-RJ

30. A relação entre o estoque da dívida estadual (medida pelo conceito de “Dívida Consolidada Líquida”) e o PIB nacional é um importante indicador neste sentido. Além da gestão austera e responsável da dívida estadual, houve redução significativa do estoque da dívida fluminense, em decorrência do enquadramento da CEDAE como empresa não dependente, de acordo com o previsto pela LRF, pelo rigoroso pagamento do serviço da dívida e pela deflação observada no indexador IGP-DI.



Fonte: SEFAZ, RJ; IBGE.

31. Dentro deste contexto, perspectivas para 2011 são positivas, tanto em nível de gestão fiscal quanto por conta dos investimentos previstos para o Estado, em parceria com o Governo Federal. Esses investimentos possivelmente irão gerar reflexos significativos no emprego e na renda fluminenses, que deverão estar afinados com as previsões positivas para a economia nacional.
32. As projeções para 2011 apontam que a economia brasileira seguirá crescendo (4,5%, segundo o Banco Central) acima da média dos países centrais (3,6%, de acordo com o FMI). Nesse sentido, pode-se esperar o aumento dos gastos com serviços e rendas, bem como o avanço das importações, o que tenderia a aprofundar ainda mais o déficit em conta corrente (US\$ 69 bilhões – de acordo com a expectativa do Banco Central).
33. Por outro lado, essa mesma perspectiva de avanço da economia doméstica, aliada ao diferencial dos juros brasileiros, atrai grande volume de investimentos estrangeiros, que cobririam o déficit em conta corrente, garantindo a estabilidade externa. Cabe ressaltar, que o país deve incentivar os investimentos produtivos diretos uma vez que os investimentos em carteira são extremamente voláteis.
34. Em 2010, o governo do Estado do Rio de Janeiro manteve desempenho positivo em sua gestão fiscal, fato decorrente da necessária continuidade das medidas rígidas das gestões orçamentária e financeira iniciadas em 2007.

Evolução do Resultado Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (2008/2010)

Em RS milhões

	2008	2009	2010	Var.09/08	Var.10/09
Atrasos/deficiências	(1.613)	(271)	(32)	- 83,22%	-88,35%
Superávit Primário	4.248	2.780	1.948	- 34,55%	-29,96%

35. O Estado obteve ao final de 2010 a um resultado orçamentário positivo, mas, conforme o esperado, inferior ao obtido no ano anterior. Foi alcançada a suficiência de R\$ 32 milhões. Ademais, obteve-se superávit primário de R\$ 1.948 milhões, resultado de aproximadamente 30% inferior ao registrado em 2009.
36. Em 2010, houve significativo crescimento nominal da receita bruta do Estado do Rio de Janeiro (+21,71%), fruto da elevação das receitas de arrecadação própria em 19,26%; bem como do incremento de 31,16% nas receitas de compensação financeira pela exploração de recursos naturais, cuja maior parte é constituída pelos royalties e pelas participações especiais do petróleo.

Evolução da Receita do Estado do Rio de Janeiro (2008/2010)

Em RS milhões

	2008	2009	2010	Var.09/08	Var.10/09
Receita Bruta	32.459	32.375	39.405	-0,26%	21,71%
Receita de Arrecadação Própria	22.146	23.814	28.401	7,53%	19,26%
Receita de Royalties e Part. Especiais	6.720	4.887	6.409	-27,28%	31,16%

37. Com relação às despesas não financeiras, houve um incremento nominal de 28,71%, em 2010, em relação ao exercício do ano anterior. A despesa com pessoal apresentou aumento nominal de 24,50% em relação a 2009. No item outras despesas correntes, o Estado teve em 2010 dispêndios 20,00% maiores que em 2009. Já os investimentos apresentaram, em 2010, forte incremento (+94,72%) em relação a 2009, em decorrência dos desembolsos efetuados como contrapartida do Estado em relação ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Evolução da Despesa Não Financeira do Estado do Rio de Janeiro (2008/2010)

Em RS milhões

	2008	2009	2010	Var.09/08	Var.10/09
Despesa Não Financeira	22.675	23.725	30.538	4,63%	28,71%
Pessoal e Encargos	12.946	12.846	15.994	- 0,77%	24,50%
Outras Despesas Correntes	8.114	8.358	10.029	3,00%	20,00%
Investimentos	1.369	2.197	4.278	60,41%	94,72%

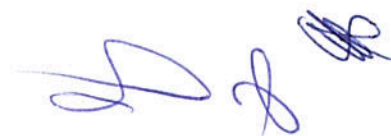
38. A dívida pública estadual no período de 2008 a 2010 foi influenciada sobremaneira pela elevação dos parâmetros inflacionários, principalmente o IGP-DI, que responde pela indexação de mais de 85% da dívida do Estado. No entanto, em 2010, o estoque da dívida financeira apresentou elevação de 11,82%, em termos nominais.

Evolução do Estoque da Dívida do Estado do Rio de Janeiro (2008/2010)

Em RS milhões

	2008	2009	2010
Dívida Fundada Total	52.821,8	51.578	57.675

39. O Rioprevidência, já estruturado, incorporou os demais regimes próprios de previdência social do Rio de Janeiro. Com a simples incorporação do IPERJ, o fundo herdou milhares de processos judiciais e administrativos, em sua maioria pleitos de atualização de pensões, que se encontravam parados no antigo Instituto. Entretanto, tal marco institucional adequou o fundo às exigências constitucionais (Emenda Constitucional nº 41, de 2003) e regulamentares do Ministério da Previdência Social. Atualmente, a autarquia tem público alvo de mais de 500 mil servidores ativos, inativos e pensionistas e ativo total de mais de R\$ 50 bilhões, entre eles parte dos direitos futuros de royalties e de participações especiais na exploração do petróleo e do gás natural do Estado, nos termos do art. 20, §1º, da Constituição Federal.
40. Dentro deste contexto, é possível vislumbrar perspectivas positivas para o ano de 2011, tanto em nível de gestão fiscal quanto por conta dos investimentos previstos para o Estado, em parceria com o Governo Federal. Estes investimentos, possivelmente, irão gerar reflexos significativos no emprego e na renda fluminenses, afastando de vez os efeitos da crise internacional na produção fluminense e nas finanças estaduais. Entretanto, sempre dentro de uma perspectiva contracíclica, é primordial a continuidade da reestruturação das finanças do Estado promovida pelo novo governo a partir de 2007.
41. Diante dessas considerações, o Governo Estadual solicita revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, com vistas a manter o equilíbrio fiscal já conquistado.



2. OBJETIVOS E ESTRATÉGIA

42. O Programa, parte integrante do contrato de renegociação da dívida do Estado com a União, tem por objetivo viabilizar a sustentação fiscal e financeira do Estado em bases permanentes. Assim, enquanto vigorar o contrato, o ajuste fiscal terá como fundamento a estratégia do Estado voltada à obtenção de resultados primários suficientes para, em conjunto com as demais fontes de financiamento, possibilitar cobertura do serviço da dívida sem acúmulo de atrasos / deficiências.
43. Os esforços de ajuste fiscal e financeiro desenvolvidos pelo Estado são movidos também pelo objetivo de assegurar a prestação de serviços públicos em atendimento às demandas da população, ao mesmo tempo em que contribuem para a manutenção do equilíbrio macroeconômico do país. Nesse sentido, o Estado dará seqüência ao Programa iniciado em 1999 por meio do cumprimento das metas ou compromissos e da implementação das ações, definidos na seção 3 deste documento.

3. METAS OU COMPROMISSOS

META 1 $\Rightarrow$ RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RECEITA LÍQUIDA REAL

TRAJETÓRIA DA RELAÇÃO DÍVIDA / RECEITA LÍQUIDA REAL		
EXERCÍCIO	INFERIOR	SUPERIOR
2011	2,18	2,29
2012	2,20	2,41
2013	2,12	2,43
2014	2,03	2,44
2015	1,94	2,38
2016	1,85	2,28
2017	1,76	2,17
2018	1,67	2,05
2019	1,58	1,93
2020	1,49	1,81
2021	1,39	1,69
2022	1,30	1,57
2023	1,20	1,45
2024	1,10	1,33
2025	1,00	1,21
2026	0,90	1,09
2027	0,79	0,96

44. A meta 1 do Programa, que resulta dos termos acertados com a União, segundo o refinanciamento de dívidas ao amparo da Lei nº 9.496/97, é não ultrapassar, em cada ano, o limite superior da relação D/RLR da trajetória acima especificada até que o valor da dívida financeira total do Estado (D) não seja superior ao da sua receita líquida real (RLR) anual.
45. A trajetória inferior considera o estoque das dívidas suportadas pelo Tesouro do Estado, inclusive das que foram refinanciadas ao amparo da Lei nº 9.496/97, e os efeitos financeiros das operações de crédito em execução, na posição de 31 de dezembro de 2009. A trajetória superior considera a dívida da trajetória inferior e os efeitos financeiros das operações de crédito a contratar referidas no Anexo V. A consideração de operações de crédito a contratar na trajetória superior do Programa **não significa anuência prévia da STN**, já que as referidas operações deverão ser objeto de outras avaliações específicas, especialmente no que diz respeito aos requisitos para contratação e concessão de garantia da União.



META 2 ⇒ RESULTADO PRIMÁRIO

RESULTADO PRIMÁRIO EM R\$ MILHÕES		
2011	2012	2013
771	(199)	763

46. Para 2011 e 2013, a meta 2 do Programa é atingir superávits primários de R\$ 771 milhões e R\$ 763 milhões, respectivamente. Para 2012, a meta 2 do Programa é não ultrapassar o déficit primário de R\$ 199 milhões.
47. No caso de eventual frustração de alguma receita, o Estado se compromete a adotar as medidas necessárias em termos de aumento de outras receitas e/ou diminuição de despesas de forma a alcançar os resultados primários estabelecidos. Na eventualidade de não conseguir realizá-los, o Estado se compromete a não gerar atrasos/deficiências em cada exercício do triênio.

META 3 ⇒ DESPESAS COM FUNCIONALISMO PÚBLICO

48. A meta 3 do Programa consiste em limitar as despesas com pessoal a 60% da receita corrente líquida (RCL), fontes tesouro, segundo os conceitos expressos no TET. Conforme o Anexo I, as projeções de comprometimento da RCL com despesas de pessoal serão de 54,13%, 56,44% e 56,42% em 2011, 2012 e 2013, respectivamente.
49. Caso esses percentuais sejam ultrapassados, mesmo que inferiores a 60% da RCL, o Estado buscará os ajustes pertinentes nas demais despesas e nas receitas, de forma a manter os resultados definidos na meta 2.
50. Com vistas à observância dos valores programados das despesas com pessoal nos próximos três anos, o Estado do Rio de Janeiro dará continuidade às seguintes ações:
- auditoria da folha de pagamento;
 - sistema de identificação biométrica;
 - novo sistema de recursos humanos; e
 - manutenção da atual política de concessão de aumentos salariais.

META 4 ⇒ RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA

RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA EM R\$ MILHÕES		
2011	2012	2013
30.278	32.427	35.041

51. A meta 4 do Programa é alcançar os montantes de receitas de arrecadação própria indicados acima. Os valores estão expressos a preços correntes e consideram as projeções estaduais para as receitas discriminadas no TET.
52. Com vistas à obtenção dos valores programados de receitas de arrecadação própria para os próximos três anos, o Estado deverá implementar novas medidas e manter as ações já realizadas desde 2007 com objetivo de aperfeiçoar a legislação tributária, tais como a melhora e a implementação de programas de fiscalização, a troca de informações entre os fiscos, a utilização da nota fiscal eletrônica, a melhoria dos sistemas de informática que subsidiam a fiscalização e o



processo de arrecadação e todas as demais que possibilitem maximizar a arrecadação própria do Estado.

META 5 ⇒ REFORMA DO ESTADO, AJUSTE PATRIMONIAL E ALIENAÇÃO DE ATIVOS

53. A meta 5 do Programa é alcançar os seguintes compromissos:

- a. Manter no âmbito do Poder Executivo Estadual, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Fazenda, Grupo de Trabalho denominado Grupo de Procedimentos Contábeis do Estado do Rio de Janeiro – GTCON/RJ, com o fim de elaborar planejamento estratégico e implementar medidas que possibilitem:

I - a adaptação da contabilidade pública estadual aos requerimentos do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP; e

II - a adoção do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP
- b. Limitar as outras despesas correntes aos percentuais da RLR de 37,73% em 2011, 36,39% em 2012 e 34,28% em 2013, conforme o Anexo I;
- c. Manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento de empresas estatais dependentes;
- d. Manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento do Programa, com a participação de integrantes das Secretarias da Fazenda, conforme Resolução nº 40.613/2007 e Resolução SEFAZ nº 45/07;
- e. Manter atualizado o Sistema de Coleta de Dados Contábeis (SISTN), na Caixa Econômica Federal, de acordo com os normativos vigentes; e
- f. Encaminhar à STN, até o dia 31 de maio de cada ano, Relatório sobre a execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte (Relatório do Programa), contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como as ações executadas.
- g. Divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

META 6 ⇒ DESPESAS DE INVESTIMENTOS

DESPESAS DE INVESTIMENTOS / RECEITA LÍQUIDA REAL EM %		
2011	2012	2013
14,08	15,72	14,57

54. A meta 6 do Programa consiste em limitar as despesas de investimentos aos percentuais da RLR indicados acima.
55. Em caso de uma eventual frustração das fontes de financiamento, o Estado buscará os ajustes pertinentes em suas despesas, de forma a manter os resultados definidos na meta 2.

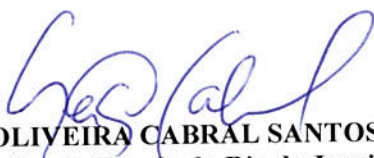
4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS VINCULADOS À INCLUSÃO E MANUTENÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO A CONTRATAR

56. Esta revisão do Programa prevê objetivos específicos referentes à inclusão e à manutenção de operações de crédito a contratar, descritos na seção V do TET: *Descrição das Condições de Inclusão e Manutenção de Operações de Crédito a Contratar Constantes do Limite do Anexo V na Revisão do Programa.*

5. SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA E DE VERIFICAÇÃO E REVISÃO DAS METAS OU COMPROMISSOS

57. Durante a vigência do Contrato, o Programa será elaborado para o período de três anos e terá caráter rotativo, devendo o Estado manter interlocução com a STN por meio de, entre outros:
- a. missões técnicas da STN; e
 - b. remessa tempestiva de dados, informações e documentos discriminados no TET.
58. A avaliação do cumprimento de metas e compromissos estabelecidos no Programa será efetuada anualmente. Até o dia 31 de maio de cada ano o Estado encaminhará à STN Relatório do Programa relativo ao exercício anterior, contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como das ações executadas.
59. Em 2012, o Estado poderá manifestar interesse em não revisá-lo. Caso a opção seja pela revisão, deverá apresentar até 31 de maio proposta preliminar de metas e compromissos para o triênio 2012-2014, devendo-se iniciar as negociações pertinentes entre as partes. Se até 31 de outubro não for concluída a revisão do Programa, entende-se que há plena concordância das partes com a manutenção do Programa vigente.
60. Em 2013, o Estado deverá apresentar até 31 de maio proposta preliminar de metas e compromissos para o triênio 2013-2015. O Programa resultante deverá expressar a continuidade do processo de reestruturação e ajuste fiscal do Estado. O Estado entende que a não revisão do Programa em 2013 equivale ao descumprimento de seis metas, implicando apenamento nos termos da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003.
61. O Estado entende que o não cumprimento das metas e compromissos o sujeitará às sanções previstas na cláusula vigésima quinta, incluída no Contrato pela cláusula segunda do Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato, firmado sob a égide da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003.
62. O Estado autoriza a STN a divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
63. Este é o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal que o Governador do Estado do Rio de Janeiro subscreve em cumprimento ao § 3º do art. 1º da Lei nº 9.496/97. O comprometimento com as metas e compromissos considerados neste Programa não desobriga o Estado de cumprir a legislação e as regulamentações existentes.

Rio de Janeiro - RJ, 10 de novembro de 2011.


SÉRGIO DE OLIVEIRA CABRAL SANTOS FILHO
Governador do Estado do Rio de Janeiro